



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

10 de julho 2013

www.sed.sc.gov.br



Veículo: Hora de Santa Catarina

Editoria: Capa

Data: 10/17/2013

Assunto: Falta de verba para reformas

Página: 01

UFSC

REFORMA a longo prazo

FALTA VERBA, LICENÇA E FUNCIONÁRIO PARA AGILIZAR AS OBRAS DE CINCO ESCOLAS ESTADUAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Dom Jayme Câmara, na Palhoça, integra lista de instituições que apresentam problemas na estrutura física

PÁG. 23



Veículo: Hora de Santa Catarina

Editoria: Reportagem

Data: 10/17/2013

Assunto: Reformas e prazos de escolas da grande Florianópolis.

Página: 23

A passos lentos

Reportagem da **Hora** voltou para conferir como estão as reformas de cinco escolas estaduais da Grande Florianópolis que apresentavam graves problemas estruturais.

O primeiro semestre letivo se aproxima do fim, mas os alunos das escolas que passam por reformas ainda vão conviver com as obras por um bom tempo. A promessa de reforma finalmente saiu do papel, porém, a situação parece andar um pouco devagar. Na Escola Vicente Silveira, em Palhoça, que foi totalmente interditada no início do ano, somente dois operários trabalhavam na manhã de ontem.

Parte do telhado já foi trocado e as estacas foram colocadas para a construção da nova ala, que

caiu em 2011. Os alunos da instituição seguem estudando provisoriamente na Faculdade Municipal de Palhoça.

● Número de alunos diminuiu

O diretor Marco Aurélio Stopassoli viu o número de alunos diminuir depois da mudança, e convive com reclamações dos pais. Segundo ele, a última documentação pendente para a obra foi entregue na segunda-feira, na Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande

Florianópolis (SDR).

– Apesar do local emprestado ter estrutura, é diferente do ambiente escolar, do bairro. Espero que a obra vá mais rápido para voltarmos para a escola – comenta.

No Bairro Bela Vista, também em Palhoça, na Escola Dom Jaime Câmara, que apresentava sérios problemas de infiltrações, uma reforma geral está sendo realizada. Os trabalhos começaram há cerca de dois meses, e a placa sobre a obra anuncia o prazo de 180 dias para o término.

DIRETORES ESTÃO OTIMISTAS

A movimentação de funcionários da empreiteira já foi maior, diz a diretora da Escola Estadual Venceslau Bueno, Maria Helena Silva. Apesar disso, ela está bastante otimista com a obra. A ala mais antiga da escola, primeira a ser reformada, está totalmente isolada

por tapumes. Para compensar a perda das salas de aula, a direção criou um turno intermediário e consegue atender todos os alunos.

Mesma situação enfrentam os estudantes da escola Laura Lima, no Monte Verde. Após uma série de manifestações

de pais, alunos e professores pedindo a reforma, ela finalmente saiu do papel. O telhado da ala mais crítica já foi substituído, e agora os operários trabalham em outro setor. O diretor Alcides acredita que a obra fique pronta até o fim do ano.

A situação das escolas:

PALHOÇA

- Vicente Silveira (Passa Vinte)
- ✓ Valor da obra: R\$ 1.927.247,62
- ✓ Início: 23/04
- ✓ Construtora: LG
- ✓ Prazo: 300 dias

- Dom Jaime Câmara (Bela Vista)
- ✓ Valor da obra: R\$ 1.287.456,53
- ✓ Início: Abril
- ✓ Construtora: Qualidade Construções
- ✓ Prazo: 180 dias

- Venceslau Bueno (Centro)
- ✓ Valor da obra: R\$ 1.342.243,68
- ✓ Início: 30/04
- ✓ Construtora: Construhab
- ✓ Prazo: 300 dias

FLORIANÓPOLIS:

- Laura Lima (Monte Verde)
- ✓ Valor da obra: 1.212.561,77
- ✓ Início: Abril
- ✓ Construtora: Centaurus
- ✓ Prazo: 300 dias

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- Anísio Vicente de Freitas
- ✓ Valor da obra: R\$778.703,95
- ✓ Início: Abril
- ✓ Construtora: Qualidade
- ✓ Prazo: 300 dias



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina

Editoria: Reportagem

Data: 10/17/2013

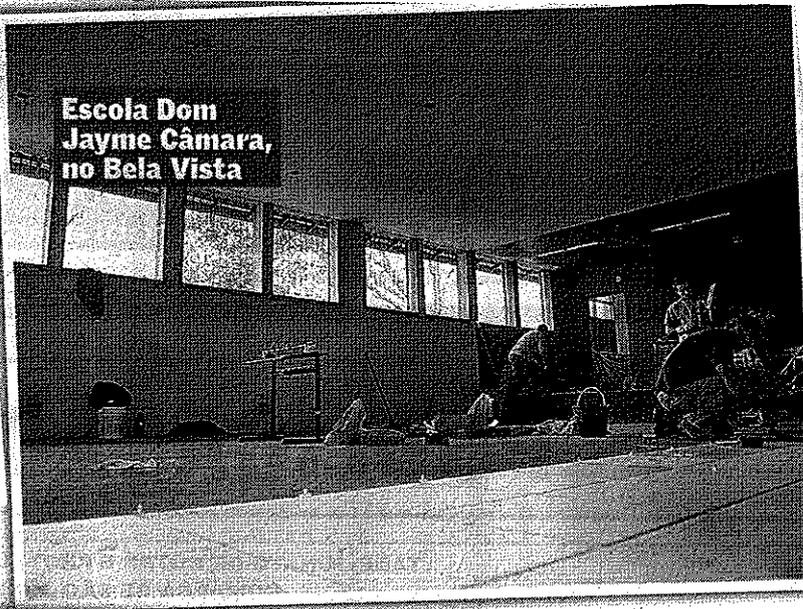
Assunto: Reformas e prazos de escolas da grande Florianópolis.

Página: 23

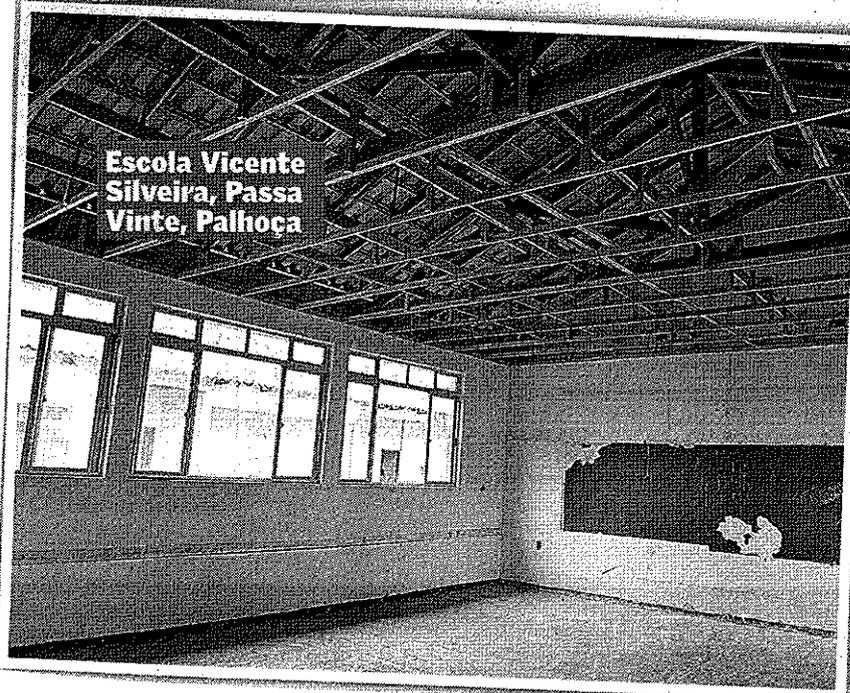
HORA

de SANTA CATARINA

Escola Dom
Jayme Câmara,
no Bela Vista



Escola Vicente
Silveira, Passa
Vinte, Palhoça



Os prazos vão ser cumpridos

A gerente financeira da SDR, Loreni Flores, disse que as obras estão devagar pois os recursos são provenientes do BNDES, e o banco libera em partes para a Secretaria Estadual de Educação, que repassa para a SDR. Segundo ela, o BNDES exige uma série de documentos, e alguns estavam pendentes.

– A tendência é que agora acelere. Os prazos de entrega serão cumpridos – diz.

Ela explica que as obras iniciaram a partir da assinatura das ordens de serviço, porém ainda faltavam alguns documentos que foram entregues, e a partir da liberação as empresas vão intensificar o número de operários e acelerar as reformas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 10/07/2013
Assunto: Sucessão na Secretaria Regional da Grande Florianópolis		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

Nas entrelinhas

O deputado estadual Renato Hinnig (PMDB) está cobrando o acordo sobre seu sucessor na Secretaria Regional da Grande Florianópolis. Diz que o vice-governador Eduardo Moreira (PMDB) garantiu a nomeação do vereador josetense Amauri dos Projetos (PMDB). O próprio governador Raimundo Colombo (PSD) confirmou ao deputado que o vereador Amauri não será o novo secretário.

— E você sabe por quê — disse Colombo a Hinnig.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigo	Data: 10/07/2013
Assunto: Importância da Educação		Página: 13

DIÁRIO CATARINENSE

É preciso despertar para a educação

O Brasil ainda não despertou para o poder transformador da educação. A educação no Brasil só virou política de governo nos anos 30, com Getúlio Vargas, que criou o primeiro ministério da educação. Começamos 100 anos depois de países latino-americanos e 150 depois da Europa.

Resultado deste atraso é que ainda amargamos indicadores vergonhosos, com quase 16 milhões de brasileiros maiores de 15 anos analfabetos, além de outros 33 milhões que não chegaram a concluir o 4º ano do ensino fundamental, conforme dados do Pnad/IBGE e do Ministério da Educação.



ANTÔNIO EUGÊNIO TERÊNCIO
Administrador,
morador de Florianópolis

A deficiência da educação no Brasil atinge todos os níveis de ensino, desde o básico até o superior.

Uma realidade causada pela falta de investimentos e pelos modelos arcaicos de educação ainda hoje utilizados. Especialistas concordam que houve um salto educacional relevante, mas os indicadores dessa área ainda deixam a desejar em comparações internacionais. Segundo afirmações do economista Ricardo Paes de Barros, secretário de Ações Estratégicas da Presidência da República, o Brasil está a 30 anos de atraso educacional em relação ao Chile, graças ao descaso com a educação durante décadas. Há no país uma inversão de prioridades.

Países que ostentam o título de nações desenvolvidas priorizaram o investimento na educação, ser primeiro uma economia de conhecimento e cultura. O Brasil infelizmente continua buscando o desenvolvimento a qualquer custo em detrimento do conhecimento.

A realidade é que hoje em pleno século 21 somos uma nação livre, mas ainda escravos da falta de conhecimento, cultura e consciência de cidadania. O Brasil precisa urgente de uma revolução na educação, que só acontecerá quando a opção pela educação se tornar de fato prioridade nacional.

Especialistas concordam que houve um salto educacional relevante, mas os indicadores dessa área ainda deixam a desejar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Viviane Bevilacqua	Data: 10/07/2013
Assunto: Sugestões de Ensino		Página: 37

DIÁRIO CATARINENSE

Esta coluna tem servido como um canal para que os professores – que lutam por uma educação melhor – expressem seus pontos de vista e façam sugestões de como podemos oferecer um ensino de qualidade às nossas crianças e aos nossos jovens. Os problemas são muitos, todos sabemos disso. Nas últimas semanas, o assunto que vem sendo debatido aqui é a questão da prática da Educação Física, ou melhor, da falta dela, por uma série de razões. Agora quem entra no debate é alguém muito conhecido na comunidade escolar de Blumenau: o professor José Carlos de Melo, popular professor Caco, que dá aulas de Educação Física em escolas municipais e estaduais há 26 anos, além de outras várias experiências no esporte.

Ele afirma que de maneira geral as escolas públicas estão sucateadas e a educação jogada no lixo. “Costumo dizer que nossos governos, historicamente, constroem pedaços de escola. Fica para a comunidade escolar fazer o resto. Área para a prática da Educação Física, então, nem pensar. O Brasil vai sediar a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas, no entanto as escolas públicas não possuem áreas

adequadas para a educação física, quem dera ginásios, quadras, campos, pistas...”

Segundo o professor Caco, em Blumenau todas as escolas das redes municipal e particular contemplam em seus currículos o esporte escolar no contraturno das aulas. Além de outros objetivos, é uma forma de tirar as crianças e adolescentes das ruas e das drogas. “Só nas escolas da rede estadual não é assim. Estes alunos estão excluídos do processo e não sabemos o porquê”, diz.

O professor acredita haver um contrassenso neste caso, pois ao mesmo tempo em que falta estímulo à prática da disciplina da Educação Física nas escolas estaduais, é um órgão ligado ao Estado – a Fesporte – o responsável por organizar todos os eventos esportivos escolares de Santa Catarina, como os jogos e as olimpíadas escolares, por exemplo. “Já mandei e-mails dezenas de vezes para a Secretaria de Educação do Estado e para a Fesporte questionando este descaso com os alunos da rede estadual na área da prática da educação física, mas nunca recebi uma explicação”, diz o professor Caco. Quem sabe desta vez ela chegue.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Opinião

Data: 10/07/2013

Assunto: Eficiência contra a interdição das escolas

Página: 06

A NOTÍCIA Tem de ser mais eficiente

Se quiser êxito na promessa de evitar interdições no ano que vem, o governo do Estado precisa mostrar mais trabalho na manutenção e na pretendida reorganização das escolas em Joinville. Em relação aos estabelecimentos interditados, há obras em andamento ou encaminhadas, como no caso da Maria Amin Ghanem, que teve o início da reforma autorizado ontem pelo secretário estadual da Educação, Eduardo Deschamps. Ainda que os trabalhos sejam concluídos, há necessidade de cuidados com o restante da rede, cujos problemas foram identificados em extenso levantamento contratado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville e divulgado no ano passado.

Quanto à utilização das escolas, a SDR tem abordado a necessidade de decidir quais de duas unidades localizadas na área central serão mantidas. Não haveria recursos para bancar as reformas nem demanda de alunos.

**É necessário
muito trabalho
para evitar as
interdições**

Também há a necessidade de construção de mais escolas na periferia de Joinville, em reivindicação de mais de dez anos, cujos dois primeiros editais de construção serão lançados somente agora. A lista de tarefas, como se vê, é longa e complexa.

Se quiser a saída das interdições do calendário escolar de Joinville, o governo do Estado sabe muito bem o caminho, o óbvio investimento em manutenção. Como tantas vezes frisado em Joinville, enquanto a educação impõe uma série de demandas no aprendizado, em especial no uso de recursos tecnológicos e na qualificação e valorização dos professores, a estrutura física, um investimento básico, ainda enfrenta problemas. Mas, apesar da burocracia, há tempo para mostrar trabalho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Destaque

Data: 10/07/2013

Assunto: Relatório de escolas interditadas

Página: 04/05

ANOTÍCIA

AS ESCOLAS INTERDITADAS

Recebeu verbas

Escola Estadual Maria Amin Ghanem (Aventureiro)

Em dezembro de 2012, a Vigilância Sanitária constatou danos no piso, portas, janelas, paredes, cobertura, sanitários e instalações elétricas. O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, assinou ontem o contrato com a empresa que fará as obras na escola. Será investido R\$ 1,7 milhão na ampliação, 28% menos do que o previsto. A expectativa é de que a reforma fique pronta em um ano. Atualmente, uma área da escola passa por manutenção. O objetivo é instalar as primeiras séries do ensino fundamental nestas salas até setembro.

Governo federal deve assumir

Escola Estadual Conselheiro Mafra (Centro)

Segundo a Vigilância Sanitária, a estrutura física estava comprometida, com problemas em salas de aula, cozinha e banheiros, como danos em pisos, janelas e portas quebradas, cobertura e instalações elétricas e hidráulicas. Após obras na ala mais nova, o prédio está parcialmente interditado. Estavam previstas obras de restauração e reforma completa na escola no valor de R\$ 2,5 milhões. No entanto, a ideia não foi colocada em prática e a escola vai abrigar, em 2014, as instalações do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que reformaria o colégio.

Em obras

Escola Estadual Annes Gualberto (Irinú)

Foi interditada porque a estrutura física do prédio estava comprometida, com problemas nas rede elétrica e hidráulica, além de goteiras nas salas de aula. Hoje, seis salas estão sendo reformadas para abrigar as primeiras séries do ensino fundamental. Também está prevista uma reforma completa na escola, mas o projeto ainda não está pronto. A escola ainda será contemplada com ginásio coberto, com recursos do Pacto pela Educação. Atualmente, os alunos estudam na Escola Léa Lepper, no bairro Saguapu, e na faculdade Assessoritec, no Irinú.

Escola Estadual Francisco Eberhardt (Pirabeiraba)

A escola foi interditada em 2011 e, desde então, os cerca de 300 alunos estudam na Escola Olavo Bilac. Havia problemas na estrutura, e nas instalações elétrica e hidráulica. As obras foram paralisadas no começo deste ano por causa de um problema de repasse de verbas, mas os trabalhos foram retomados em junho. A previsão é de que até setembro a obra seja entregue, para que, ainda neste ano, os alunos voltem para a escola.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Destaque

Data: 10/07/2013

Assunto: Relatório de escolas interditadas

Página: 04/05

ANOTÍCIA

AS ESCOLAS INTERDITADAS

Liberadas

Rudolfo Meyer (Floresta)

Foi interditada em dezembro de 2012 com problemas nas instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, e ainda na cobertura, cozinha e quadra de esportes. Obras de urgência foram feitas no começo do ano, mas somente após o começo do ano letivo, que ocorreu em 14 de fevereiro. A Vigilância desinterditou o espaço em 10 de março.

Tufi Dippe (Irliriu)

Também foi interditada em 2012 com problemas de infiltração, rachaduras na parede, alagamentos e na fiação elétrica. Passou por reformas de manutenção e foi liberada em fevereiro.

Gertrudes Benta Costa (Petrópolis)

Interditada em dezembro de 2012, por causa da demora nas obras de reforma, que foram começadas quatro anos antes. A unidade passou por obras e foi liberada no fim de fevereiro.

Oswaldo Aranha (Glória)

As obras ocorrem desde o ano passado e devem ser entregues ainda neste ano, três meses antes do previsto. A data está marcada previamente para o dia 13 de dezembro. A expectativa é de que ainda em 2014 os alunos voltem para a Oswaldo.

Vai abrigar a EJA

Rui Barbosa (Bucarein)

Escola foi interditada pela Vigilância Sanitária em dezembro de 2012. A SDR resolveu transferir os cerca de 300 alunos para a Escola Martins Veras. O ensino básico foi fechado e a estrutura da escola abrigará as turmas da educação para jovens e adultos (EJA). Por enquanto não há previsão para a reforma do espaço.

Situação indefinida

Monsenhor Sebastião

Scarzello (Itaum)

Abandonada desde 2011, o governo do Estado ainda não tinha planos para a antiga escola. A unidade está servindo de moradia para mendigos. Um princípio de incêndio ocorreu no local neste ano. Foram encontrados livros didáticos e móveis abandonados na escola. Na semana passada, a SDR anunciou que o colégio poderia ser repassado para a Ajourpeme. A associação prefere não se manifestar até a confirmação da doação.

Centro de Educação Infantil

Padre Carlos (Centro)

Abandonado e usado como dormitório de mendigos e de descarte de lixo, o Estado analisa duas propostas para a antiga instituição. Uma delas seria doar o espaço ao município, que poderia reformar e construir um novo CEI, ou ainda para a Secretaria de Assistência Social, que poderá oferecer cursos e palestras de graça à comunidade.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Destaque	Data: 10/07/2013
Assunto: "Municipalização vem Depois"		Página: 04/05

A NOTÍCIA

Questão só deve entrar em debate com as prefeituras após o Estado garantir a reforma das escolas interditadas em Joinville

CAROLINE STINGHEN

caroline.stinghen@an.com.br

A educadora Tânia Mara Melo, diretora da Escola Estadual Maria Amin Ghanem, um dos quatro colégios que ainda estão interditados em Joinville, resumiu não só o sentimento dela e de seus professores, mas como o de todos que de alguma forma lidam com a falta de estrutura nas escolas. Com lágrimas, ela citou os problemas: 19 ônibus deslocam os alunos de sua escola todos os dias para cinco unidades provisórias. Com agradecimentos pela promessa da reforma, finalmente, ter sido cumprida. E com o aviso de que irá fiscalizar cada centavo do investimento, Tânia, por fim, comemorou com um largo sorriso a assinatura para o começo das obras na Escola Maria Amin.

O secretário de Estado de Educação, Eduardo Deschamps, que esteve ontem em Joinville, reassumiu mais uma vez o compromisso que firmou no início do ano. Para evitar lágrimas, ele promete prioridade nas reformas das escolas de Joinville (confira a situação dos colégios nestas páginas), para que, no ano que vem, as portas sejam abertas para todos os alunos. Discussões como a municipalização do ensino fundamental, segundo ele, por enquanto, ficarão de lado.

Comparando a interdição das nove escolas estaduais de Joinville, em dezembro de 2012, com tragédias como enchentes, enxurradas e ao furacão Katrina (EUA), Deschamps lembrou da promessa de que as escolas de Joinville não seriam mais interditadas em 2014.

– Nossa prioridade é resolver os problemas de infraestrutura. Vamos fazer uma readequação das escolas e analisar, como explica a secretária (da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR), Simone Schramm, de uma forma mais ampla e pensando no futuro – afirmou o secretário.

Entre estas readequações, que estão sob a responsabilidade da SDR, está a transferência de alunos da Conselheiro Mafra, já que a escola centenária vai abrigar os cursos do IFSC, e ainda readequações de colégios que têm poucos alunos. Questionado se esta readequação passa pela municipalização do ensino fundamental, Deschamps diz que o governo do Estado colocou o pé no freio neste assunto. Segundo ele, o processo precisa ser amplamente negociado com os municípios, sem haver perdas para nenhum dos dois lados.

– Resolvemos dar uma segurada para fazer uma avaliação. As escolas municipais, por serem mais fáceis de gerir, trazem melhores resultados. Joinville é a prova disso. Mas a prioridade agora são as reformas – reafirma.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Destaque

Data: 10/07/2013

Assunto: "Municipalização vem Depois"

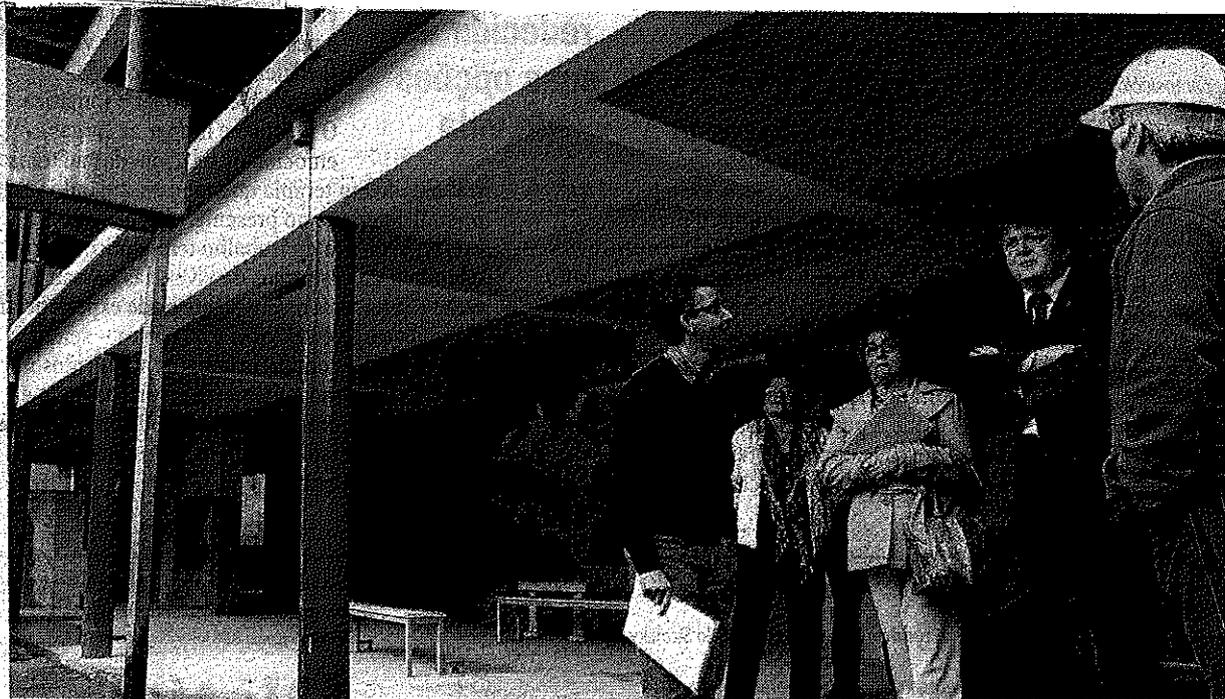
Página: 04/05

“

As escolas
municipais,
por serem
mais fáceis
de gerir,
trazem
melhores
resultados.
JOINVILLE é
a prova disso.

**EDUARDO
DESCHAMPS,**
secretário estadual
de Educação

A NOTÍCIA



PROMESSAS

Secretário Eduardo Deschamps
(2º à direita) esteve em Joinville
ontem e reassumiu compromissos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Destaque

Data: 10/07/2013

Assunto: "Municipalização vem Depois" - Opinião

Página: 05

ANOTÍCIA

OPINIÃO

Sem solução para dez pedidos dos estudantes

A União Joinvilense dos Estudantes Secundaristas (Ujes) reuniu-se com o secretário estadual de Educação, Eduardo Deschamps, no dia 26 de junho, para apresentar uma pauta com dez reivindicações dos estudantes joinvilenses. Entre elas, o início imediato das reformas nas escolas interditadas, a manutenção permanente de todas as escolas e o pagamento do piso salarial aos professores.

O governo não anunciou nenhuma medida contundente para atender às reivindicações. Pelo contrário, informou que não pretende reformar a rede elétrica das escolas, deixando os aparelhos de ar-condicionado comprados inutilizáveis; pretende entregar o Conselheiro Mafra ao IFSC, numa clara política de abandono daquela escola, sem considerar as demandas dos estudantes; e disse que paga satisfatoriamente os professores.

A Ujes, depois de sucessivas reuniões com representantes do Estado, decidiu que vai intensificar e ampliar as mobilizações dos estudantes, inclusive estadualmente. No dia 17 de julho, haverá manifestação às 9h30 na praça da Bandeira. Todos os alunos estão convocados.



LUÍZ SOUZA NETO

18 anos,
presidente
da União
Joinvilense dos
Estudantes
Secundaristas
(Ujes)



Veículo: Informativa Educacional

Editoria: Coluna

Data: 10/07/2013

Assunto: Paradigmas e Educação

Página: 54,55

Paradigmas e Educação

Por Wanderley Chieppe Felipe,
Pró-reitor de Extensão da PUC Minas

É sabido que um paradigma implica em concepção, modelo, explicação em torno de uma dada situação. O paradigma tanto pode ser construído em função de um sistema teórico ou atividade acadêmica, como pode servir a situações práticas da vida, incluindo os hábitos de vida, as relações interpessoais ou mesmo a fabricação e comercialização de produtos.

O sistema de trânsito no Brasil pode servir como um bom exemplo de uso de um paradigma e de resistência à mudança. O trânsito obedece a um paradigma que diz que as ruas foram feitas para os carros trafegarem. Os pedestres, portanto, devem ceder a sua vez aos veículos. O novo Código Brasileiro de Trânsito, implantado em janeiro de 1998, pretendia mudar este paradigma, com artigos que obrigam o motorista a aguardar o pedestre, quando este atravessa na faixa. O que se observa, no entanto, é que, até o momento, este novo paradigma ainda não foi assimilado por motoristas e pedestres, na maioria das cidades brasileiras, estando em vigor, portanto, o paradigma já conhecido de que as ruas pertencem aos carros.

E na Educação? Poderíamos perguntar: O que impede a inovação na

Educação? Pode-se aplicar a idéia de paradigma na Educação? Quais são os paradigmas da Educação?

Talvez a resposta seja semelhante à situação verificada em relação ao trânsito. Muitas propostas inovadoras têm sido formuladas por teóricos da Educação, ao longo do tempo, visando sempre colocar a Educação a

O paradigma apresentado pelas escolas em seus projetos pedagógicos nem sempre é o que se pratica no dia-a-dia, no cotidiano das salas de aula, dos pátios e das quadras escolares

serviço de determinada finalidade, considerada em cada época como a mais importante.

Observando o panorama da Educação, após a 2ª Grande Guerra do século XX, em países da Europa e da América do Norte, pode-se constatar que passou a vigorar um paradigma funcionalista, que colocava a Educação a serviço da integração do homem à

sociedade, na tarefa de reconstrução da vida social e da economia. Este modelo evoluiu para um paradigma tecnicista, em que a preparação da mão de obra para o exercício de funções técnicas, no mercado de trabalho, tornou-se fundamental. A crítica a este modelo economicista, fundamentada nas idéias neomarxistas, juntamente com os movimentos estudantis que eclodiram em diversas partes do mundo, levaram a Educação de volta a um paradigma humanista, valorizando-se a formação humana e a crítica social como elementos de maior importância na formação do cidadão. Já no final do século XX, entretanto, com o processo de globalização, tornou-se inegável a ênfase cada vez maior em um paradigma mercadológico e tecnológico, segundo o qual a Educação deve preparar os jovens para a entrada no mercado de trabalho, valorizando-se os conhecimentos relacionados às novas tecnologias de automação, transmissão de dados e comunicação.

Será que se pode afirmar que a sucessão desses paradigmas implica em evolução e inovação? Ou a Educação apenas segue as tendências da sociedade de cada época, subordinando-se aos seus interesses e projetos políticos de grupos que detêm um maior poder de decisão?

À primeira vista, parece que muitas esperanças têm sido depositadas nos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

projetos educacionais, no sentido de que daí advirão as transformações e melhorias nas condições de vida das pessoas e dos grupos sociais. Poderíamos mesmo arriscar afirmar que o século XX se caracterizou: 1) pelos avanços na área de Ciência e Tecnologia e 2) pela expansão e universalização da Educação. Muito se tem falado e escrito sobre uma concepção de educação como instrumento de democratização da sociedade. Trata-se aí da proposição de um paradigma emancipatório, no sentido da teoria crítica.

Tal paradigma, embora presente em diversas formulações teóricas e projetos educacionais, na prática, sofre inúmeras transformações, atropelado sobretudo pela multiplicação de conhecimentos, que ocupam os currículos e a maior parte do tempo disponível nos horários escolares. Além dos mais, a própria condição de trabalho dos professores, muitas vezes sofrendo os efeitos de uma clara desvalorização no mercado profissional, contribui para que eles próprios não acreditem no paradigma exposto acima e adotem um outro, mais pragmático: o paradigma da meritocracia, em que os mais bem dotados, os mais capazes, os mais esportos é que são mais bem sucedidos.

Desta forma, o paradigma apresentado pelas escolas em seus projetos pedagógicos nem sempre é o que se pratica no dia-a-dia, no cotidiano das salas de aula, dos pátios e das quadras escolares.

Em tese, o papel destinado à Educação na sociedade contemporânea seria: preparar os jovens para o exercício da cidadania, numa vida em coletividade; cultivar os valores humanos de solidariedade, igualdade, justiça, respeito à vida, combate à miséria, preservação do meio ambiente, utilização racional dos recursos do planeta, contribuição para o desenvolvimento

sustentável; ensinar a pensar e exercer o raciocínio crítico nas mais diversas situações da vida; dotar cada um dos conhecimentos considerados básicos nas várias áreas do saber, incluindo-se aí as ciências e as humanidades; preparar os indivíduos para a utilização das novas tecnologias, envolvendo pesquisa, planejamento, produção, transmissão de informação, comunicação e política de relações comerciais; preparar a todos para uma participação na política de seu país, estado, cidade e comunidade; desenvolver uma formação ética que possa permear todos os atos envolvendo a convivência humana, em que o bem comum esteja acima do individualismo egocêntrico e oportunista que grassa por toda parte.

Poder-se-ia perguntar: por que a escola é tão resistente à mudança? O que acontece no terreno da educação que a torna, o mais das vezes, tão apegada às tradições e experiências supostamente bem sucedidas? Ou então, invertendo a ótica, poderíamos perguntar: o que seria aquilo que, se existisse na educação, a transformaria completamente?

Tal questão remete de imediato ao cenário no qual se passa a maior parte da educação formal: a sala de aula. Do mesmo modo que, no trânsito, a rua é o território dos carros, na escola, a sala de aula é o espaço no qual domina a figura do professor. A aula é ministrada pelo professor e cabe aos alunos, geralmente, ouvir ou, no máximo, executar as tarefas determinadas por ele.

E se o espaço da sala de aula não existisse? O que aconteceria? Uma baderna, uma completa confusão, diriam alguns educadores tradicionais. Entretanto, caberia pensar que a escola poderia abrigar múltiplos e diferentes espaços: o espaço da escrita, o espaço da leitura, o espaço do meio ambiente, o espaço da astronomia, o espaço do teatro, o espaço da música instrumental,

A aula expositiva seria substituída sempre pelo diálogo e pelo exercício da descoberta, seja nos livros, seja nos exercícios de experimentação, seja simplesmente no contato com as coisas da vida e do mundo

o espaço do canto coral, o espaço das ciências naturais, o espaço das ciências biológicas, o espaço dos cálculos e medidas, o espaço da informática, o espaço da comunicação com o mundo e, assim por diante; haveria muitas outras possibilidades de espaços, pertencentes tanto aos alunos quanto aos professores, aí se incluindo os espaços na comunidade, fora da escola. A aula expositiva seria substituída sempre pelo diálogo e pelo exercício da descoberta, seja nos livros, seja nos exercícios de experimentação, seja simplesmente no contato com as coisas da vida e do mundo, como diria o filósofo René Descartes.

Esta idealização da educação toma como referência o paradigma de que só se aprende de fato alguma coisa quando ela faz sentido para o sujeito. Caso contrário, o espaço da escola e da educação continuará a ser ocupado pelo professor e os alunos permanecerão jogados no vazio da falta de sentido. ⊗



Veículo: Informativa Educacional

Editoria: Coluna

Data: 10/07/2013

Assunto: Urgências Educativas

Página: 56

Urgências educativas

Por Dom Walmor Oliveira de Azevedo,
Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte

Os cenários socioculturais, religiosos e políticos indicam permanentemente que é preciso reconhecer as urgências educativas como prioridades, para fazer diferença nas dinâmicas, funcionamentos e nas respostas de demandas inadiáveis. Estas respostas estratégicas e urgentes para o alcance de um novo cenário na infraestrutura e, particularmente, nas relações sociais e políticas, dependem de uma cultura com força de inspiração.

Princípios estratégicos e a inteligência da gestão não são suficientes para configurar o quadro novo que a sociedade brasileira, em se considerando o contexto socioeconômico propício, precisa - e sem mais adiamentos. Quando se analisa, por exemplo, a falta de mão de obra qualificada, torna-se mais visível o grande desafio que exige investimentos, formação técnica e articulações para inserir a população no contexto das dinâmicas e oportunidades de trabalho qualificado.

Mas também não bastam os investimentos na formação técnica de profissionais. Ao se pensar num horizonte de intocável respeito à cidadania de todos, é preciso avançar na infraestrutura global, que abrange moradia, transporte, saúde, entre outros setores. A sociedade

não vai avançar, na velocidade esperada e exigida, no ritmo das mudanças e das demandas que surgem neste terceiro milênio, se não for reconhecido o permanente desafio de empreender uma grande obra educativa e cultural.

Nesse caminho, é preciso ir além das dinâmicas político-partidárias que, sozinhas, não garantem o avanço da sociedade, sobretudo no que se refere ao exercício da cidadania e necessidades da população. Com muita frequência, a exaltação partidária é uma atividade improdutiva e ultrapassada, particularmente quando se restringe a uma "laidinha", com exaltação de feitos e de figuras. No mundo contemporâneo, não cabe mais esse tipo de prática. Basta pensar, por exemplo, o nível de socialização, participação e abordagem que o mundo digital proporciona, gerando uma cultura diferente, que dilui concepções piramidais de funcionamento nas relações políticas e sociais. E quando há um coro dos que insistem em permanecer nos velhos funcionamentos, as entidades e instâncias que abrigam esses atores caem no descrédito.

É importante consultar os índices de credibilidade de instituições, pois são indicadores para a reflexão sobre o conjunto de procedimentos que incluem a consideração da fidelidade aos princípios éticos, dinâmicas de funcionamento, atendimento com

serviço qualificado e proximidade com o povo a partir de um diálogo corajoso. Discursos em eventos e efeitos produzidos apenas pela força da mídia não são suficientes para se colaborar na construção de um processo educativo e cultural necessário. Se o teor desta análise parece complexo, a referência é diretamente vinculada aos funcionamentos de uma sociedade que está exigindo da classe política maior coerência e competência, para ações mais rápidas e qualificadas. Exigência que expõe, particularmente, o desafio de se alcançar mecanismos inteligentes de burocracias governamentais, também responsáveis pelos atrasos no desenvolvimento da sociedade.

A grande obra educativa e cultural, indispensável para avançarmos, supõe a participação de todos, investimentos acertados, empenho responsável de cada um. Sua influência determinante a faz ser, sempre, o ponto de partida, em tudo e para tudo, na compreensão de que é necessário deixar-nos guiar por uma imagem integral da pessoa, respeitando todas as dimensões do seu ser e subordinando as necessidades materiais àquelas espirituais e interiores. Uma obra educativa e cultural só é inesgotável quando assentada sobre valores morais e espirituais. ⊗



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Informativa Educacional

Editoria: Reflexão

Data: 10/07/2013

Assunto: Construir hoje, com o ferramental de ontem, o amanhã.

Página: 96

Construir hoje, com o ferramental de ontem, o amanhã!

Por Daniel Cerqueira,
Secretário-Executivo da ANEC

Uma criança que comece agora, aos 06 anos, sua formação escolar, atingirá seu ápice profissional em 2047, quando estará completando 40 anos de idade. Na velocidade das mudanças de tecnologia e conhecimento que a sociedade contemporânea enfrenta atualmente, nesses 34 anos profissões serão criadas e extintas e ninguém pode ter a clareza de que tipo de conhecimento será necessário ao profissional no (do) futuro.

Em paralelo a isso, os jovens hoje em processo de formação escolar contam com um arcabouço de conhecimento à sua disposição que nunca sequer foi imaginado em passado recente: a internet. Além disso, a tecnologia hoje existente possibilita que o processo de aprendizagem se torne individual e que ocorra conforme sua disponibilidade e interesse. A educação individualizada, sempre desejada e pensada, hoje se torna uma possibilidade real e concreta.

Muitos inclusive vaticinam o fim da escola, com a sua substituição por outros mecanismos de aprendizagens mais "eficientes" e "adequados" às necessidades dos educandos.

No entanto, estamos preparados para o futuro? Diz a velha piada que se um médico ficar cinco anos congelado e voltar a uma sala de cirurgia, não teria

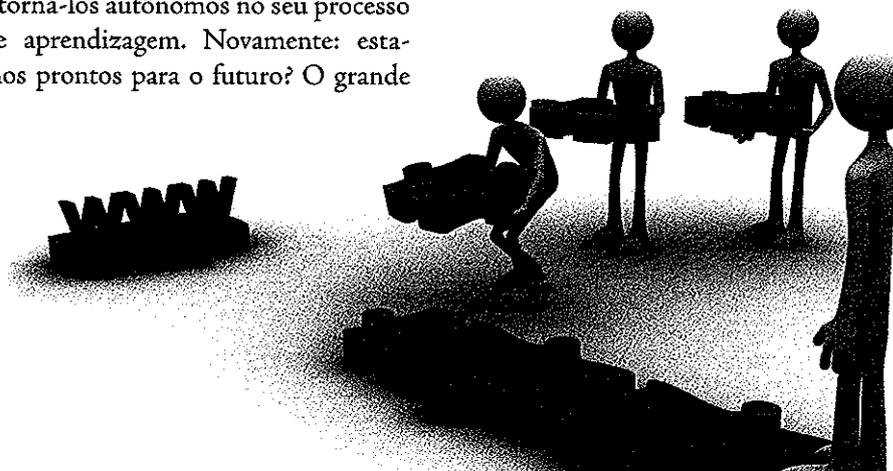
mais como trabalhar. Se um engenheiro for congelado por dez anos, não teria mais serventia quando voltar à ativa. No entanto, se um professor foi congelado por cem anos, ao ser descongelado, poderia voltar ao trabalho normalmente... Claro, o chiste deve servir para nossa reflexão, mas ele está completamente errado? Ou ainda insistimos em usar modelos mentais e procedimentos absolutamente ultrapassados?

Muitos são os professores que enxergam a internet como uma adversária e não como uma aliada poderosa no processo de ensino-aprendizagem. Que não perceberam que talvez o foco principal não deva ser mais a transmissão de conhecimento e que nunca pensaram que sua missão educativa deveria ser, antes de mais nada, a de estimular a criatividade de seus alunos e torná-los autônomos no seu processo de aprendizagem. Novamente: estamos prontos para o futuro? O grande

desafio é construir hoje, com o ferramental de ontem, o amanhã. Graças a Deus, não estamos sozinhos. Podemos juntos, enfrentar esse grande desafio e construirmos, hoje, esse novo e maravilhoso amanhã que se aproxima em nosso horizonte.

Este é um dos grandes objetivos do nosso II Congresso Nacional de Educação Católica da ANEC, a acontecer no início de julho em Goiânia. Refletir sobre esse novo aluno que nos chega hoje em nossas escolas. Repensar nossas metodologias e nossa cultura educacional. E enfrentar, juntos, todos os desafios que a Educação Católica terá que superar neste século.

Em suma, vamos todos, juntos, provar que sim, uma outra escola é possível!☺





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Informativa Educacional	Editoria: Educação	Data: 10/07/2013
Assunto: Nova Comissão de Educação		Página: 24,25

Nova Comissão de Educação

Por Bruno Maranhão,
jornalista da Associação Nacional de
Educação Católica do Brasil

Em março de 2013, o deputado federal Gabriel Chalita (PMDB-SP), ex-secretário da Educação do estado de São Paulo, foi eleito pela Câmara dos Deputados como presidente da Comissão de Educação da casa. A Informativa Educacional conversou com o deputado sobre os avanços e desafios da educação no Brasil, suas prioridades ao assumir a presidência da comissão e o papel das instituições católicas de ensino na educação brasileira.

ANEC - O senhor disse certa vez em entrevista que "a política mais eficiente para o fim da miséria e para o desenvolvimento do país é a política de educação". Como o senhor avalia a atual situação da política de educação no Brasil?

Chalita - A educação no Brasil avançou muito nos últimos anos, mas ainda há vários desafios. Um deles é a falta de recursos, que pode ser enfrentada com a aprovação do Plano Nacional de Educação, já que o PNE eleva os gastos com o setor a 10% do PIB. O plano também traça diretrizes e metas para o período que se encerra em 2020, além de estratégias específicas para atendê-las. Esses objetivos serão monitorados pela própria sociedade, que poderá fiscalizar a atuação do poder público. Outra ideia positiva é a destinação integral dos recursos do petróleo referentes à camada pré-sal. Com um plano de longo prazo e mais recursos, poderemos dar um salto de qualidade na educação pública brasileira. Defendo, ainda, a Lei de Responsabilidade Educacional, que objetiva o comprometimento dos gestores públicos com a pasta, assim como acontece com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

ANEC - A presidente Dilma Rousseff apontou a educação de qualidade como sendo uma de suas prioridades no governo para 2013. Em sua opinião, quais são ainda hoje os principais desafios a serem enfrentados pelo país em sua cruzada pela excelência educacional?

Chalita - Há muitos desafios. A ampliação da rede, principalmente no atendimento às crianças, é um deles – e a presidenta já começou a enfrentá-lo com o Programa Brasil Carinhoso. Entre outros aspectos, a iniciativa prevê a construção de creches em todos os Estados. Outro desafio é a falta de professores, que deve ser combatida com melhores salários e condições de trabalho. Precisamos, ainda, aumentar o tempo que a criança fica na escola, a caminho da escola de tempo integral. Nenhum país conseguiu revolucionar a educação sem aumentar a jornada escolar. Assim, vamos não só ampliar o



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

atendimento como também melhorar a qualidade da educação pública.

ANEC - A Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo IBGE, mostrou que, de um modo geral, houve melhorias significativas na educação brasileira, na década 2001 a 2011. Quais pontos o senhor destacaria como sendo os mais significativos avanços da educação brasileira nos últimos anos?

Chalita - A educação básica melhorou muito nos últimos anos, principalmente com a aprovação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que ajudamos a elaborar como presidente do Consed, o Conselho Nacional de Secretários de Educação. Além de ampliar em dez vezes os recursos para a educação básica, o fundo promoveu uma repartição mais justa desse dinheiro, ao levar em conta não só o tamanho da rede e o número de alunos matriculados, mas também a situação social e econômica de cada região. Tivemos, ainda, a aprovação do piso nacional do magistério público na educação básica, essencial para a valorização do professor. E revinculamos os recursos da DRU (Desvinculação de Receita da União), ampliando o dinheiro aplicado em educação. Outro passo fundamental foi a aprovação da obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, com a asseguarção, inclusive, de sua oferta gratuita a todos os que não tiveram acesso a ela na idade própria. Essas conquistas foram muito importantes para o Brasil. No entanto, devemos avançar mais e, hoje, nosso principal desafio é a qualidade do ensino. Precisamos garantir o acesso à educação com padrões de qualidade, assim como afirma a Constituição Brasileira, ou seja, nossas crianças e nossos jovens devem estar matriculados na escola, aprendendo os saberes adequados para a sua idade.

Minha prioridade na comissão, além de valorizar o professor, é discutir o financiamento da educação e a escola de tempo integral

ANEC - Somos a representação da educação católica do Brasil; como o senhor vê a contribuição destas instituições para a educação no país?

Chalita - A contribuição das entidades católicas para a educação no Brasil é inestimável. Além de suprir uma parte expressiva da demanda que o poder público não consegue atender, elas participam do aprimoramento das políticas educacionais, ao debater, orientar e fiscalizar a atividade no país. Cabe a nós, representantes do Estado, apoiar com toda a nossa força as iniciativas da sociedade em benefício de nossas crianças e de nossos jovens.

ANEC - No momento de sua posse, o senhor afirmou que uma das frentes que pretende dar destaque em seu mandato é aquela que diz respeito a propostas que tratem da valorização dos professores. Qual o senhor acredita ser o caminho para a valorização do profissional da educação? Uma educação de qualidade passa pela valorização do professor?

Chalita - Eu sempre digo que os professores precisam ser valorizados na cabeça, no coração e no bolso. Cabeça tem a ver com formação; coração, com respeito, diálogo; bolso, com salário. Na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, tivemos uma ótima relação com os professores. Procuramos melhorar a remuneração da categoria, na medida do possível. Quando não foi possível, fomos sinceros

e transparentes, explicando os motivos, e a resposta foi muito positiva. Tanto que não houve nenhuma greve durante nossa gestão. Esse é realmente um tema muito importante, porque tem provocado um problema grave, que é a falta de interesse pelo magistério. Faltam profissionais no Brasil todo, porque o professor não se sente valorizado. É preciso resgatar o orgulho que caracterizava o magistério há alguns anos.

ANEC - Além da valorização deste profissional, em seu mandato à frente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, quais serão suas prioridades, seus maiores compromissos por assim dizer, para a educação brasileira?

Chalita - Minha prioridade na comissão, além de valorizar o professor, é discutir o financiamento da educação e a escola de tempo integral. Outra ideia é a criação de um observatório da educação no âmbito da comissão, para reunir as melhores experiências educacionais do país. A intenção é fazer seminários regionais, identificando as melhores práticas pedagógicas de cada Estado, e, posteriormente, promover a troca dessas experiências. Isso poderá ser complementado por um seminário internacional, com a participação de representantes de países que se tornaram referência na área. Como presidente da Comissão de Educação, quero acompanhar a votação de projetos relevantes para a melhoria da educação, como o PNE e a Lei de Responsabilidade Educacional. Também fui eleito presidente da comissão especial destinada a debater a criação do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o que é fundamental para a educação brasileira, principalmente nas universidades. ☉



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Informativa Educacional

Editoria: Educação

Data: 10/07/2013

Assunto: Conaes 2014, espaço de expressão.

Página: 64

CONAES 2014, espaço de expressão

Por **Adriane Lobão**,
Secretária da Câmara de Ensino Superior da ANEC

Nos últimos anos, houve vários movimentos de mobilização da sociedade para articular políticas de Estado para a educação nacional. Foram inúmeras conferências educacionais, com destaque para a 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE), entre 28 de março e 1º de abril de 2010, resultado de profícua parceria entre os sistemas de ensino, os órgãos educacionais, o Congresso Nacional e a sociedade civil.

Todo esse processo culminou na participação de amplos setores nas conferências municipais e intermunicipais no primeiro semestre de 2009, nas conferências estaduais e do Distrito Federal no segundo semestre do mesmo ano, e na organização de vários espaços de debate com as entidades da área (escolas, universidades) e em programas transmitidos por rádio, televisão e internet.

O Documento Final da CONAE/2010, resultado da construção coletiva desencadeada pela decisão política de submeter ao debate social a instituição do Sistema Nacional de Educação, para que assegurasse a articulação entre os entes federados e os setores da sociedade civil, apresentou diretrizes, metas e ações, na perspectiva da democratização, da universalização, da qualidade, da inclusão, da igualdade e da diversidade, e se constituiu em marco histórico para a educação brasileira na contemporaneidade,

deliberando as bases e diretrizes para o novo Plano Nacional de Educação.

O desdobramento disto pôde ser observado na mobilização de cerca de 3,5 milhões de brasileiros e brasileiras (com a participação de 450 mil delegados e delegadas nas etapas municipal, intermunicipal, estadual, distrital e nacional), aprovando a realização de conferências nacionais de educação a cada quatro anos. O preceito está presente também outros dispositivos legais, como o PL 8.035/10 - Plano Nacional de Educação (PNE) – em tramitação no Congresso Nacional.

Com o propósito de adensar os debates e proposições, e mais uma vez proporcionar a participação de múltiplos atores sociais e políticos, o Fórum Nacional de Educação, órgão de Estado responsável pela convocação, planejamento e coordenação das conferências nacionais de educação, criado pela Portaria no. 1.407/2010, e alterado pela Portaria no. 502/2012, aprovou a realização da II CONAE, em Brasília, para 2014, precedida de conferências.

A II CONAE será um espaço

democrático de construção de acordos entre atores sociais, que, expressando valores e posições diferenciados sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos, apontará renovadas perspectivas para a organização da educação nacional e a consolidação do novo PNE, fruto do movimento desencadeado pela I CONAE, ao indicar ações e estratégias concretas para as políticas de Estado de educação básica e superior, assentadas na defesa da construção do Sistema Nacional de Educação e na regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados.

É com o espírito de avançar na construção de processos democráticos, participativos, que o Fórum Nacional de Educação (FNE) submete à avaliação este documento-referência e conclama os profissionais da educação, mães/pais, estudantes, dirigentes, demais atores sociais e todas e todos que se preocupam com a educação, para discutir e refletir coletivamente e propor caminhos para a educação brasileira. ⊗

Eixos da II Conferência Nacional de Educação

- Eixo I - Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: organização e regulamentação
- Eixo II - Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos
- Eixo III - Educação, trabalho e desenvolvimento: sustentável, cultura, ciência, tecnologia e meio ambiente
- Eixo IV - Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de trabalho dos aprendizes
- Eixo V - Gestão da Educação: Participação Popular e Controle Social
- Eixo VI - Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração e melhoria das condições de trabalho
- Eixo VII - Financiamento da Educação: gestão, transparência, eficiência social dos recursos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Adjori	Data: 10/07/2013
Assunto: Governo destina R\$ 1,7 milhão para reforma de escola		Página: Online



Governo destina R\$ 1,7 milhão para reforma de escola

10/7/2013 08:38:51

Por meio do Pacto pela Educação, a escola estadual Professora Maria Amin Ghanem, em Joinville, receberá investimentos de R\$ 1,7 milhão, destinados a uma reforma geral com ampliação. O contrato da obra foi assinado na tarde desta terça-feira, 9, pelo secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, e pela secretária regional, Simone Schramm. "O programa prevê obras para a melhoria da infraestrutura escolar, definidas com a participação das secretarias regionais e de acordo com as demandas das comunidades, como neste caso", destacou Deschamps.

Entre as ações programadas para o local, estão adaptações para atender às normas de acessibilidade, pintura geral e troca de cobertura, instalações elétricas, pisos e aberturas. O prédio será maior, com a construção de novos espaços, como

lavanderia e sanitários, além da ampliação de ambientes já existentes, entre eles, sala dos professores, secretaria e recepção. Todos os banheiros receberão revestimentos cerâmicos e metais sanitários mais modernos e torneiras com acionamento por pressão e fechamento automático para evitar o desperdício de água. A edificação terá ainda novo sistema preventivo contra incêndios e raios, possibilitando adequar o prédio conforme as normas e exigências do Corpo de Bombeiros.

Para o início da reforma, o próximo passo será a emissão da ordem de serviço, que depende da liberação de um alvará por parte do Município. O prazo contratual para o término dos trabalhos é de um ano. "A comunidade poderá fiscalizar os serviços de perto, com base no memorial descritivo da obra. Desde o início da licitação, a Associação de Pais e Professores (APP) acompanhou todo o processo burocrático", explicou a secretária regional.

Durante o ato, Deschamps anunciou ainda que a Secretaria de Estado da Educação (SED) buscará recursos junto ao Ministério da Educação (MEC) para a edificação de uma cobertura na quadra de esportes do Maria Amin Ghanem. Também estiveram presentes a secretária-adjunta da Educação, Elza Moreto, o diretor de Infraestrutura da SED, Sérgio Boebel, a gerente regional de Educação, Dalila Leal, o gerente de Infraestrutura da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville, Fabiano Lopes de Souza, o presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, João Carlos Gonçalves e a diretora da escola, Tânia Mara Melo.





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 10/07/2013
Assunto: País precisa melhorar gastos sociais, diz Ter-Minassian		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

País precisa melhorar gastos sociais, diz Ter-Minassian

Ex-diretora do FMI recomenda gastos mais eficientes, transparência e combate à corrupção na saúde e na Educação

Despejar recursos orçamentários - hoje escassos - nas áreas de saúde e de Educação não é a resposta imediata mais adequada às demandas da população em marcha nas ruas brasileiras nas últimas semanas. A economista Teresa Ter-Minassian, ex-diretora da área Fiscal do Fundo Monetário Internacional, recomendou em seu blog a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços prestados, sem necessário aumento de desembolso, como saída para o governo.

As medidas necessárias, argumentou, são bastantes conhecidas" pelas autoridades e pela comunidade acadêmica brasileira. "Em contraste com as respostas políticas imediatas aos protestos, a ênfase deveria estar nos passos necessários, mesmo politicamente difíceis em alguns momentos, para melhorar a qualidade e a eficiência dos gastos em saúde e Educação de forma sustentável e responsável, do ponto de vista fiscal", afirmou no seu texto "Melhorando o Gasto Social para uma Vida Melhor para todos no Brasil".

Segundo Teresa, o aumento dos gastos do Brasil nas duas áreas e as melhorias alcançadas nas últimas décadas não são desprezíveis. Os desembolsos federais em Educação cresceram nos últimos anos e alcançaram o equivalente a 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se de um nível acima da média de países com renda per capita similar à do Brasil, assinalou a economista. O gasto por estudante, no Brasil, é mais alto do que no Chile e na Coreia do Sul. Apesar disso, estudantes brasileiros têm média de aprendizado menor do que a média nos países industrializados e em vários vizinhos latino-americanos.

Saúde. A área de saúde repete um pouco os dilemas vividos na Educação. As despesas do governo federal têm sido próximas a 4,0% do PIB. Assim como a Educação, também passou por um processo de descentralização. Mas cerca de um terço da população não tem acesso nem mesmo a uma consulta médica básica por ano. O Sistema Único de Saúde (SUS) padece de outro problema grave, segundo Teresa: cobre tratamentos caros à parcela de alta renda da população, que tem acesso a planos de saúde privados.

Nessa órbita, a consolidação de pequenos hospitais, para reduzir gastos e ganhar escala, o aumento da transparência e da vigilância sobre as despesas de saúde, a articulação da cobertura do SUS com a de planos privados e um vigoroso combate à corrupção e à fraude seriam medidas desejáveis e sem impacto fiscal.

Para a Educação, Teresa recomenda o redirecionamento de parte dos gastos com Ensino superior para o Ensino secundário técnico, em parceria com o setor privado. A ampliação da cobertura da Pré-Escola, a melhoria das instalações e equipamentos, a relação entre o salário e a performance do Professor também estão na sua receita.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal do Senado	Editoria: Educação	Data: 10/07/2013
Assunto: Comissão debaterá escolha de diretores de escolas públicas		Página: Online

JORNAL DO SENADO

Comissão debaterá escolha de diretores de escolas públicas

Audiência pública deverá ser realizada depois do recesso parlamentar de julho e contará com a participação de especialistas e autoridades da área da Educação

O pedido partiu de Kátia Abreu (PSD-TO), que destacou o fato de a maioria dos diretores ocupar o cargo a partir de indicações políticas. O requerimento para o debate foi aprovado ontem.

Na opinião da senadora, precisam ser estudados critérios técnicos e instrumentos de valorização do mérito profissional na escolha dos diretores.

A audiência pública deverá ser realizada depois do recesso parlamentar de julho e contará com a participação de especialistas e autoridades da área da Educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Cidade	Data: 10/07/2013
Assunto: Educação assina hoje contrato para reforma		Página: 11

A NOTÍCIA

ESCOLA **Educação assina hoje** **contrato para reforma**

A secretária regional Simone Schramm e o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, assinam hoje, às 14h30, em Joinville, o contrato com a empresa que fará as obras na Escola Estadual Professora Maria Amin Ghanem. O contrato será no valor de R\$ 1,7 milhão. A assinatura será no colégio.